

Os desafios para uma sociologia global: centros e periferias na geopolítica da teoria sociológica

Avanço de investigação em curso

Grupo de Trabalho 31 – Teoria Social Contemporânea

Fernando Perlatto
(IESP-UERJ)

Resumo

O debate sobre a construção de uma sociologia global vem ganhando maior importância nos últimos anos, sobretudo a partir de trabalhos que discutem as relações assimétricas entre países “centrais” e “periféricos” na produção da teoria sociológica. Este trabalho se insere neste debate, dividindo-se em três partes: em primeiro lugar, é apresentada a discussão sobre sociologia global no debate contemporâneo, discutindo-se propostas favoráveis à ideia de uma “sociologia cosmopolita” e elaborações críticas a esta perspectiva; em segundo lugar, são mobilizadas reflexões de sociólogos brasileiros para mostrar como são encaradas no Brasil as relações entre “centros” e “periferias” na produção da teoria sociológica; por fim, é proposta a ideia de um “cosmopolitismo de conexões” para contribuir na construção de uma sociologia global.

Introdução

Em texto publicado na revista *Global Dialogue*, na qual sistematiza as ideias expostas na conferência que proferiu quando assumiu a presidência da International Sociological Association (ISA), o sociólogo americano Michael Burawoy (2010) fez uma defesa daquilo que intitulou como “sociologia pública global”. Segundo ele, as sociologias nacionais não dariam mais conta de responder aos diversos desafios colocados no mundo contemporâneo, sendo necessária, por conseguinte, uma maior conexão entre as sociologias dos diferentes países para enfrentar os problemas globais. Na mesma *Global Dialogue*, Ulrich Beck (2010) retomou algumas de suas ideias contidas na obra *The Cosmopolitan Vision* (2006), quando defendeu a necessidade de uma “sociologia cosmopolita” para enfrentar a agenda teórica em torno da reflexividade na modernidade. Para Beck, faz-se necessário, na atual conjuntura, um “giro cosmopolita” na teoria sociológica, de modo a superar o “nacionalismo metodológico”, que tende a uma perigosa generalização de situações locais para o plano global.

O que interessa destacar é que o chamado de Burawoy a favor de uma “sociologia global”, bem como a defesa de Beck em torno de um “giro cosmopolita” da sociologia, não ocorreram em terreno vazio, mas dialogaram diretamente com outras formulações produzidas ao longo as últimas décadas que procuraram repensar os mecanismos desiguais de produção e circulação do conhecimento sociológico entre “centros” e “periferias”. No presente artigo, procuraremos contribuir com esta discussão, a partir de três movimentos, a saber: em primeiro lugar, procuraremos apresentar a discussão sobre sociologia global no debate contemporâneo, dando ênfase especial aos autores que buscaram, nos últimos anos, problematizar o processo de produção e circulação do conhecimento sociológico entre países centrais e periféricos. Em seguida, mobilizaremos a reflexão de alguns sociólogos brasileiros para mostrar como a sociologia brasileira tem pensando as relações entre “centros” e “periferias” na produção da teoria sociológica. Por fim, dialogando com formulações recentes sobre a noção de cosmopolitismo, procuraremos sugerir uma proposta de sociologia global que supere tanto um

nacionalismo metodológico estreito, quanto uma perspectiva universalista, que não valoriza as diferentes tradições sociológicas nacionais.

Sociologia global ou imperialismo sociológico?

Uma prova evidente da atualidade da inquirição em torno da geopolítica do conhecimento sociológico, baseada em uma forte crítica ao eurocentrismo teórico e ancorada na defesa da pluralidade de tradições sociológicas, é a atenção recente dada ao tema pela International Sociological Association (ISA). Não à toa, a associação tem estimulado a produção nos últimos anos de uma série de livros no sentido de refletir sobre a questão e mostrar a pluralidade de tradições sociológicas existentes nos diferentes países. Obras como *National Traditions in Sociology*, organizada por Nikolai Genov (1989), e *Globalization, Knowledge and Society*, editada por Martin Albrow e Elizabeth King (1990), são exemplos de trabalhos impulsionados pela ISA nessa direção. Os três volumes recentemente editados pela associação intitulados *Facing an Unequal World: Challenges for a Global Sociology*, organizados, entre outros, por Michael Burawoy (2010), bem como o livro editado por Sujata Patel (2010), *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*, vieram consolidar esta preocupação da entidade em discutir as relações entre poder e produção do conhecimento sociológico, com o intuito estimular novos caminhos para a construção de uma sociologia global.

Não restam dúvidas quanto ao fato de que as reflexões problematizadora em torno das possibilidades de construção de uma sociologia global provieram, em grande medida dos autores identificados com as chamadas “crítica pós-colonial” ou com as “sociologias críticas”, como Homi Bhabha, Edward Said, Sayed Farid Alatas, Gayatri Spivak, Walter D. Mignolo, Ashis Nandy e Raewyn Connell. A despeito das diferenças existentes nos trabalhos desses autores, é possível afirmar que eles compartilham um incômodo com a forma como tem se processado a produção e a circulação da teoria social, e buscam fornecer alternativas no sentido de se problematizar o processo já consolidado segundo o qual as categorias sociológicas são produzidas nos centros, em especial nos Estados Unidos e Europa, e apenas “aplicadas” nas periferias. De acordo com essas formulações, a atual divisão da produção e circulação do conhecimento sociológico muitas vezes acaba por reforçar uma dominação metodológica, conceitual e epistemológica, consolidando essencialismos característicos da imaginação sociológica moderna.

Conforme destacado por Sayed Farid Alatas (2003), a dependência das sociologias periféricas em relação àquelas produzidas pelos países centrais pode se manifestar de diferentes maneiras, como, por exemplo, no processo de produção e circulação das teorias; na distribuição desigual dos resultados de pesquisas em jornais, livros e conferências; nas disparidades de recursos disponíveis para apoiar o desenvolvimento das atividades de pesquisa nos países do Norte e do Sul global; nos investimentos direcionados para as instituições de ensino superior; e, por fim, na ampliação de oportunidades de pesquisa nos países “centrais”, que atrairiam os sociólogos dos países “periféricos”, deslocando-os de suas regiões de origem. Para Alatas, todas essas formas de dependência intelectual, em escala global, constituiriam em problemas centrais para a reflexão em torno das possibilidades de construção de uma sociologia capaz de compreender as estruturas e dinâmicas de um mundo cada vez mais globalizado.

Talvez a formulação mais bem sistematizada sobre essa discussão tenha sido elaborada por Raewyn Connell, em seu livro *Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science*. Neste trabalho provocador e em artigos posteriores, Connell (2007) problematiza a mera cópia de teorias da Europa e dos Estados Unidos por parte dos países da periferia, na medida em que os textos de teoria social envolveriam uma reificação da experiência do Norte. A autora chama a atenção para o enorme desconhecimento que existe na academia dos países centrais de diversos pensadores do Sul global, cujas formulações sobre variados temas e problemas teriam o mesmo nível de complexidade dos autores considerados como os “clássicos” da sociologia. Para Connell, os sociólogos do Norte

teriam muito que aprender com aqueles do Sul, até mesmo pela razão segundo a qual muitas das temáticas privilegiadas pelos analistas da periferia serem praticamente ignoradas pelos autores dos países centrais. Para Connell (2010), a ideia de “aprendizado mútuo” entre centros e periferias no que concerne à produção e circulação de teorias deveria ser tomada não enquanto mera retórica, mas como elemento central de uma prática na qual todas as partes assumiriam a abertura para o processo de aprendizado.

Na América Latina, também tem se testemunhado este movimento de repensar o processo de produção e circulação da teoria sociológica, com o intuito da formulação de agendas alternativas. O continente, que entre as décadas de 1950 e 1970 testemunhou a produção de trabalhos teóricos de enorme relevância, como as Teorias da Dependência, viu-se nas últimas décadas diante de um processo de declínio da elaboração teórica, tanto como resultado das ditaduras militares que assolaram o continente neste período, quanto do viés antiteórico oriundo da hegemonia da empiria absoluta que varreu diversos países, contribuindo sobremaneira para o enfraquecimento da reflexão sociológica original (Domingues, 2007). Frente a este quadro de “dependência teórica”, diversos autores como Aníbal Quijano (2000) e Walter Mignolo (2000), muitos dos quais reunidos no Grupo Modernidad/Colonidad, têm buscado, cada qual à sua maneira, refletir acerca das implicações do passado colonial para a produção dessas assimetrias no plano da produção e circulação da teoria, e clamar por um trabalho crítico de “de-colonização”. Bons exemplos de pesquisas que caminham nessa direção podem ser encontrados na coletânea *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*, organizada por Eduardo Lander (2005), sob os auspícios do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

A sociologia brasileira também tem buscado enfrentar essa ordem de questões, relacionadas ao processo desigual de produção e circulação de teorias entre centros e periferias. Não obstante esta agenda tenha atravessado toda a história da sociologia brasileira, ela ganhou maior amplitude nos últimos anos, a partir do diálogo que alguns sociólogos brasileiros vêm estabelecendo com a “crítica pós-colonial” e com as “sociologias críticas”. É justamente desta agenda reflexiva que se trata a próxima seção.

Sociologia brasileira e a geopolítica do conhecimento sociológico

Não pretendemos realizar uma análise detalhada das discussões levantadas por cada um dos autores brasileiros que procuraram refletir sobre a questão da circulação de teorias entre centros e periferias. A intenção aqui é a de chamar a atenção para o fato de que a agenda reflexiva em torno desta questão tem sido de grande relevância para a sociologia brasileira, como atesta, por exemplo, a formulação de Guerreiro Ramos em torno da “redução sociológica”, nos anos 1960. A preocupação do sociólogo era a de pensar um determinado método capaz de habilitar o pesquisador a transpor os conhecimentos universais para uma perspectiva brasileira, respeitando-se a particularidade de sua experiência histórica. À sociologia nacional caberia sim um diálogo com aquela produzida internacionalmente, mas desde que esse movimento não reproduzisse uma “sociologia enlatada”, reprodutora das teorias elaboradas no exterior, mas que servisse para compreender e superar os problemas brasileiros concretos a partir de uma “posição crítico-assimilativa” da sociologia externa. Daí, sua formulação a favor de uma “sociologia em mangas de camisa”, fortemente compromissada com os problemas sociais da nação (Ramos, 1996).

A própria obra de Florestan Fernandes pode ser pensada nesse diálogo tenso envolvendo a produção e circulação teórica entre os países centrais e periféricos. Ainda que em algumas passagens de seus textos haja a defesa de que à sociologia brasileira não caberia “propor-se tarefas de grandes significações teóricas”, haja vista os problemas sociais “práticos” de grande magnitude a serem enfrentados, em outros momentos, se constata não apenas a defesa de uma produção teórica nacional

mais autônoma – ainda que em diálogo direto com os países centrais –, mas a elaboração de uma percepção segundo a qual países periféricos desfrutariam das vantagens do atraso na produção da teoria sociológica. Inseridos em contextos marcados pela agitação política e social, os sociólogos da periferia ver-se-iam frente à necessidade de sair do “gabinete” e integrar-se nos processos de mudança social, tornando-se mais capacitados para produzir análises e teorias sobre a realidade, ao participarem diretamente dos processos sociais. O sociólogo da periferia não disporia de um “‘nicho’ para abrigar-se e proteger-se” como o *scholar* europeu ou o sociólogo acadêmico norte-americano. Mas, em compensação, ele estaria mais capacitado para “receber, em toda a plenitude, a luz do sol, que cresta e castiga, mas ilumina e fecunda o cenário da vida” (Fernandes, 1976, p.15-6).

Nas últimas décadas, a reflexão sobre a circulação de teorias entre centros e periferias tem recebido atenção mais sistemática por parte de diferentes sociólogos brasileiros, os quais, nos últimos anos, têm inserido suas reflexões em um diálogo mais sistemático com a chamada “crítica pós-colonial” e as “sociologias críticas”. Autores como Sergio Costa, Renato Ortiz, José Maurício Domingues, Sergio Tavolaro e João Marcelo Ehlert Maia têm procurado, de maneiras diferenciadas, participar desse debate sobre a geopolítica do conhecimento global, sugerindo a necessidade de um diálogo mais intenso com as sociologias produzidas em contextos periféricos com o intuito de problematizar a simples importação teórica para a compreensão de uma realidade como a brasileira, marcada por características particulares. Sergio Costa, por exemplo, em artigo intitulado “Teoria por Adição”, em alusão ao ensaio clássico “Nacional por Subtração”, do crítico literário Robert Schwarz, aponta para a necessidade de a teoria sociológica brasileira caminhar na direção aberta pelas teorias pós-coloniais, as quais, “desprovincializando” a sociologia, lograram sucesso em participar de forma autônoma das discussões nucleares da disciplina transcendendo as categorias formuladas no mundo europeu e norte-americano (Costa, 2010).

Em seus livros *As Cores de Ercília: Esfera pública, Democracia e Configurações Pós-nacionais* (2002) e *Dois Atlânticos: Teoria social, Anti-racismo e Cosmopolitismo* (2006), Costa buscou desenvolver argumento semelhante ao demonstrar a necessidade de um diálogo mais intenso com a crítica pós-colonial no sentido de superar uma forma de produção de teoria social dependente da exportação de modelos europeus ou americanos, cujas experiências históricas não se relacionariam com países, como o Brasil, com passado colonial. Especialmente em *Dois Atlânticos*, Costa parte do diálogo com a crítica pós-colonial para problematizar duas das concepções de cosmopolitismo mais influentes no debate contemporâneo – aquela formulada por Jürgen Habermas, tendo como base a ideia de “constelação pós-nacional”, e a teoria da “modernização reflexiva” de Ulrich Beck e Anthony Giddens. De acordo com o autor, estas concepções cosmopolitas, apesar de ancoradas em supostos democráticos, acabariam por reproduzir, de maneira irrefletida, premissas que constituem o núcleo metodológico da teoria da modernização, na medida em que estariam ancoradas na compreensão de que *o moderno* associa-se ao padrão europeu.

Um dos sociólogos brasileiros que mais tem se dedicado à reflexão sobre esta temática entre o universal e o particular no âmbito da teoria sociológica tem sido Renato Ortiz (2008, 2012). Em livros como *A Diversidade dos Sotaques. O Inglês e as Ciências Sociais*, bem como em variados artigos recentes, Ortiz situa sua discussão sobre a geopolítica do conhecimento sociológico no debate mais amplo sobre a globalização e a hegemonia do inglês no mundo acadêmico. Para o autor, esta dominação do idioma no âmbito específico das ciências sociais não se justificaria, na medida em que nesta área de conhecimento a construção dos objetos se faria por meio da língua e, conseqüentemente, se referenciaria a um contexto histórico-geográfico específico. Segundo Ortiz, este predomínio do inglês – que se impõe em função de uma hierarquização de poder no mercado de bens linguísticos no interior do qual se elabora uma falsa aproximação entre a ideia de universal e de global – tem conseqüências deletérias para a sociologia de maneira geral, na medida em que ele acaba adquirindo a capacidade de “guiar” o debate intelectual em escala global, definindo a agenda intelectual e

estabelecendo quais temas e questões são mais relevantes de serem problematizadas, com todos os problemas daí advindos para a produção e circulação do conhecimento sociológico entre centros e periferias. Nesse sentido, o autor defende que a produção nas ciências sociais deve se dar mediante o respeito à “diversidade de sotaques”, valorizando-se a pluralidade de idiomas e tradições nacionais responsáveis pela elaboração do conhecimento sociológico, sobretudo em um contexto marcado pelas consequências da globalização, que implodiram as formas tradicionais de se pensar os conceitos sociológicos, centrados nos Estados nacionais.

Os trabalhos de José Maurício Domingues também têm procurado dialogar com essa reflexão sobre a produção e a circulação do conhecimento sociológico entre centros e periferias. Se esta preocupação já estava fortemente presente em outras investigações do autor sobre a modernidade e aquilo que chama de “subjetividades coletivas” (Domingues, 2007, 2009), ela ganhou maior relevo em estudos mais recentes, como aqueles contidos nos livros *Teoria Crítica e (Semi) Periferia* (2011) e *Global Modernity, Development, and Contemporary Civilization: towards a Renewal of Critical Theory* (2012). Partindo do diagnóstico acerca da debilidade da inserção das nossas ciências sociais na geopolítica do conhecimento sociológico, o autor convida a uma reflexão teórica mais ampla não somente em torno das complexas relações entre centro e periferia no que concerne à “produção” e “consumo” da teoria sociológica, mas busca, a partir desta problematização, pensar acerca da modernidade global a partir de uma teoria crítica periférica. O ponto de partida aqui é a periferia, mas o objetivo geral da reflexão é universal. Busca-se colocar em diálogo periferia e centro de modo a lançar um olhar analítico mais complexificado em torno da modernidade global em sua atual fase.

De acordo com Domingues, uma teoria crítica formulada na periferia deveria ser capaz de combinar, ainda que de forma tensa, a “crítica imanente”, interna à modernidade, por um lado, e a “alteridade internalizada”, dependente de outras fontes civilizacionais, mas que se desdobraria nos quadros de uma modernidade complexificada. Em outras palavras, trata-se de mobilizar a “periferia”, a “semiperiferia” e seus sociólogos para que, em diálogo com as sociologias centrais, se produza uma nova imaginação sobre a própria modernidade global, em sua terceira fase. Domingues destaca que a atual fase da modernidade, diferentemente das duas primeiras – que se estenderiam do século XIX a 1920, e de 1930 a 1970, centradas, respectivamente, no mercado e no Estado keynesiano –, teria emergido em meados da década de 1990, impulsionada pelo avanço da globalização, sendo marcada por uma “articulação mista”, caracterizada por “giros modernizadores”, que implicariam em um crescimento exponencial da complexidade social em diversas áreas. Nesse contexto, uma teoria crítica deveria buscar combinar as experiências e reflexões das periferias e semiperiferias no sentido de se constituir uma compreensão melhor dos problemas e potencialidades da terceira fase da modernidade.

Sergio Tavolaro também tem se destacado como outro sociólogo brasileiro que vem buscando, a partir do diálogo com a crítica pós-colonial, apontar as limitações de uma sociologia que se coloca como cosmopolita, mas que acaba por estabelecer a Europa e suas instituições como modelos paradigmáticos do que seja a modernidade. Em artigo intitulado “Existe uma Modernidade Brasileira? Reflexões em Torno de um Dilema Sociológico Brasileiro”, publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, o autor dialoga com autores clássicos e contemporâneos do pensamento social brasileiro, procurando demonstrar as limitações de seus diagnósticos, que apontam a modernidade brasileira como algo singular quando comparada à modernidade europeia. De acordo com Tavolaro, esta forma de leitura da modernidade brasileira – sustentada por uma perspectiva segundo a qual sempre nos faltariam elementos modernos encontrados no mundo europeu –, exemplificadas pelas interpretações da nossa modernidade elaboradas pela “sociologia da dependência” e pela “sociologia da herança patriarcal-patrimonial”, não logram sucesso nem em problematizar o essencialismo do que seja *o moderno* – tal qual realizado pelos autores do pós-colonialismo –, nem em perceber a modernidade no Brasil como um “tipo de sociabilidade multifacetada”, que deve ser compreendida a partir de seus próprios elementos (Tavolaro, 2005).

Em outro artigo, Tavolaro & Tavolaro (2010) criticam os autores identificados com o que denominam de “tese da excepcionalidade brasileira”. De acordo com estes autores, a cidadania no país teria sido sempre caracterizada pelo “desvio”, sobretudo quando comparada com o modelo paradigmático descrito por T. S. Marshall em *Cidadania, Classe Social e Status*, do percurso para a construção dos direitos civis, políticos e sociais. A partir desta perspectiva, o Brasil se configuraria como uma “singularidade societal” por ter desenvolvido um caminho visto como patológico para a resolução das questões centrais da modernidade – “diferenciação social”, a “secularização societal” e a “separação público-privado” – quando comparado ao “núcleo da modernidade”, representado pelos países modernos centrais. Dialogando com o “campo discursivo da condição pós-colonial”, Tavolaro & Tavolaro criticam os autores identificados com a tese da excepcionalidade brasileira, procurando demonstrar que além do processo de construção histórica e epistemológica da modernidade europeia ter sido marcado por descontinuidades, não podendo, por conseguinte, fornecer um padrão *par excellence* do que seja a modernidade, os cenários tradicionalmente tidos como marginais ou periféricos também desempenharam papéis significativos na construção da própria experiência da modernidade.

João Marcelo Ehlert Maia também vem contribuindo para a discussão acerca das relações entre a sociologia brasileira e aquelas formuladas em âmbito internacional, sugerindo uma conexão muito profícua com as “teorias críticas” e “pós-coloniais”, em especial com o trabalho de Raewyn Connell sobre as “teorias do Sul”, e o campo do pensamento social brasileiro. Para tanto, o autor vem demonstrando de que forma os autores brasileiros podem “falar não apenas do Brasil, mas também sobre dilemas modernos globais a partir de um ponto de vista distinto daquele formulado no mundo europeu e anglo-saxão” (Maia, 2009, p.156). Seria possível ler estes autores e suas obras não apenas como “fontes” para se conhecer o Brasil, mas como formuladores de diferentes modos de cognição do mundo social produzidos em uma geografia alternativa àquela do mundo europeu. Mais do que saber o que os pensadores sociais periféricos disseram em suas obras, Maia se preocupa em compreender como muitos deles produziram um discurso caracterizado por um mal-estar diante da modernidade, que, se por um lado, permite um exame mais abrangente sobre a experiência de processos de modernização que seguiram trilhas diferenciadas daquelas adotadas nos países europeus, por outro lado, possibilita apontar para as possibilidades críticas de pensar *a partir* desses territórios.

O objetivo central de Maia é, portanto, buscar pontes de diálogo entre as discussões levantadas por autores do pensamento social brasileiro e aqueles teóricos da crítica pós-colonial, com o intuito de demonstrar como em ambos os casos são formuladas questões que abrem novas possibilidades de reflexão sobre aspectos da modernidade que não apenas se vinculavam a estes países, mas que podem ser lidas em uma perspectiva global, embora elaboradas a partir de um *outro* lugar. Discussões formuladas por autores do pensamento social brasileiro vinculadas, por exemplo, à relação entre Estado e sociedade, não diriam respeito somente ao Brasil, mas o transcenderiam, possibilitando uma articulação com alguns resultados teóricos da crítica pós-colonial e ampliando as possibilidades para se pensar o debate sobre Estado e sociedade em uma perspectiva mais ampla do que aquela tomada como paradigmática, elaborada nos países europeus, mas que têm pouca coisa a dizer sobre a experiência da modernização dos países periféricos. Trata-se, para Maia (2012, p.83-4), de “inscrever a dinâmica do pensamento brasileiro numa marcação transnacional”, de modo a evidenciar “o quanto a dinâmica das ideias em nossa sociedade pode ser entendida à luz de processos mais gerais que ocorriam não apenas nas periferias, mas na própria metrópole”.

O que podemos desprender da breve análise realizada sobre esses autores é que tem havido historicamente um esforço por parte de sociólogos brasileiros no sentido de se pensar alternativas para o diálogo entre a sociologia nacional e aquela formulada em âmbito internacional, que não impliquem, necessariamente, em uma submissão da “periferia” às elaborações teóricas feitas no “centro”. Na próxima seção, procuraremos destacar como uma agenda reflexiva em torno desta questão deve se ancorar em uma perspectiva cosmopolita, sem que se perca de vista a importância das questões

nacionais. Ou, em outros termos, trata-se de pensar essa questão a partir de um horizonte normativo em torno de um “cosmopolitismo de conexões”.

Cosmopolitismo e nacionalismo

Nessa seção, nos interessa pensar mais detidamente a própria ideia de “cosmopolitismo”, na medida em que a reflexão sobre a mesma pode contribuir para o questionamento tanto do “colonialismo” muitas vezes intrínseco a propostas relacionadas à sociologia cosmopolita, quanto do “essencialismo” que permeia algumas das formulações daqueles que pretendem criticar este colonialismo, mediante o reforço exacerbado das particularidades da “periferia”.¹ Para tanto, apresentaremos, ainda que de forma breve, a discussão de Craig Calhoun sobre a ideia de cosmopolitismo, elaborada de modo mais sistemático em seu livro *Nations Matter: Culture, History, and the Cosmopolitan Dream* (2007), no qual o autor fornece pistas interessantes para problematizar tanto os essencialismos vindos das teorias cosmopolitas, quanto daqueles provenientes das formulações centradas no nacionalismo metodológico.

De acordo com Calhoun, a noção de cosmopolitismo tem estado na moda, tendo adquirido nos últimos anos uma enorme força retórica no debate teórico e político. Diversas transformações que se processaram nos últimos anos relacionadas à queda do comunismo, ao avanço da globalização, ao desenvolvimento de novos meios de comunicação e à ampliação das esperanças quanto às possibilidades da configuração de uma nova ordem global – sustentada na ideia de direitos humanos universais –, aliadas ao reconhecimento crescente segundo o qual a humanidade está unida por um mesmo destino e submetida aos mesmos riscos, tornaram, de certa forma, imperativa a discussão em torno da ideia de cosmopolitismo.

Apesar das diferenças existentes nas formulações contemporâneas, a definição hegemônica do termo se consolidou em torno da noção segundo a qual ser cosmopolita significaria se comportar “acima” ou “além” das nações, orientado por uma ética universal abstrata, que rejeitaria ou, pelo menos, superaria as culturas nacionais, tomadas como necessariamente restritivas e repressoras. No discurso cosmopolita, portanto, a defesa de uma visão mais ampla e abrangente do mundo pressuporia a transcendência da própria ideia de nação, que daria lugar a um compromisso com a humanidade como um todo. Calhoun, contudo, rejeita esta perspectiva. Segundo ele, tal formulação, além de implicar frequentemente na confusão da noção de universalismo cosmopolita com as concepções ocidentais, legitimando toda sorte de imperialismos, acaba por pressupor a ideia segundo a qual o mundo cosmopolita já é uma realidade ou, pelo menos, uma opção para todos, ignorando o fato de que ser cosmopolita nos termos propostos é apenas uma possibilidade para poucos, mais bem providos de capital material, simbólico e cultural.

Embora ressalte a importância da categoria para se pensar uma ordem democrática, Calhoun preocupa-se em como articular a questão da nação às dimensões universalistas do cosmopolitismo. Esta articulação se faz necessária até mesmo porque, segundo o autor, o Estado nacional não perdeu na atualidade sua importância nem do ponto de vista analítico, nem do ponto de vista normativo, posto que o Estado Nação permanece como espaço central de articulação de solidariedades diversas e de construção do bem comum. Não se trata, é claro, de uma formulação voltada para a obliteração das conexões globais, mas sim de uma aposta no fato de que estas conexões devem estar sustentadas em laços de solidariedade social, que são forjados no interior dos próprios países. O que está em jogo para o autor é um cosmopolitismo a partir do qual os seres humanos se articulam não apenas a partir de uma igualdade abstrata, mas por relacionamentos interpessoais e instituições sociais, criados no interior

¹ Não nos interessa aqui fazer uma discussão detalhada sobre cosmopolitismo. Para isso, ver, entre outros, Habermas (2001), Benhabib (2006), Beck (2006) e Chernillo (2010).

dos Estados nacionais, e que permitem o estabelecimento de redes de conexões entre diferentes grupos portadores de tradições locais dinâmicas.

As formulações de Calhoun sobre o cosmopolitismo parecem sugerir uma perspectiva interessante para pensarmos o debate sobre o processo de produção e circulação de teorias entre “centros e periferias”. Sem rejeitar muitas das ideias e potencialidades contidas na noção de cosmopolitismo, ele aponta os limites das suas promessas, que geralmente estão ancoradas em um discurso pretensamente universalista e que rejeita a importância das solidariedades nacionais e locais. Sua abordagem tem o mérito de trazer uma forte aposta nas conexões cosmopolitas, desde que estas estejam ancoradas na valorização das tradições nacionais – que não são vistas como necessariamente pré-modernas – e desde que se mostrem sensíveis às diferenças materiais e culturais que estão envolvidas nesse processo e que fazem do cosmopolitismo uma ética atraente para alguns, mas não uma boa política para todos.

Conclusão

A partir da análise acima desenvolvida, gostaríamos de concluir este texto chamando a atenção para a importância do desenvolvimento de uma sociologia ancorada em um “cosmopolitismo de conexões”, que se seja capaz, por um lado, de reconhecer a importância da crítica pós-colonial, sem que isso implique, por outro lado, no abandono de uma perspectiva universalista. Nesse sentido, é importante corroborar as críticas formuladas pela teoria pós-colonial – e referendadas, ainda que com suas singularidades, por sociólogos brasileiros que pensaram sobre o tema – ao pretenso universalismo da sociologia europeia que, sob o discurso normativo a favor da superação do nacionalismo metodológico, acaba por essencializar a modernidade e suas instituições, identificadas com aquelas existentes no mundo europeu, tomado como modelo único e despido de quaisquer contradições. É importante, nesse sentido, reconhecer a importância da nação, em primeiro lugar, como *locus* central para a constituição de laços de solidariedade social e para a construção de instituições fundamentais até mesmo para o estabelecimento de conexões cosmopolitas, e, em segundo lugar, para reforçar a ideia segundo a qual os elementos nacionais não devem ser encarados como necessariamente pré-modernos, na medida em que podem contribuir em diversas ocasiões para a formulação de discursos e práticas modernas. Nesse sentido, tal perspectiva ajuda a encarar as tradições nacionais de forma mais generosa, não mais como contraditórias ao cosmopolitismo, mas como portadoras de determinados elementos fundamentais para a própria configuração de uma política cosmopolita.

Da mesma forma que se deve criticar um universalismo abstrato, também faz-se importante evitar um nacionalismo metodológico estreito, que ignora as formulações universalistas, encarando-as sempre como movimentos de colonização. Tal constatação nos permite questionar o radicalismo daqueles que, ao criticarem o colonialismo da sociologia do “centro” sobre a “periferia”, encaram tanto os autores que produziram suas obras na Europa e nos Estados Unidos, quanto os conceitos por eles formulados, como instrumentos do imperialismo sobre os países e as sociologias do Sul, enquanto os sociólogos do Sul e suas teorias passam a ser vistos necessariamente como produtores de um discurso *superior*. Ao invés de se buscar complementaridades, o discurso que busca romper com as hierarquias vigentes resvala naquilo que pretendia criticar: a essencialização do *outro*, visto como oponente a ser combatido. A ênfase na necessária “maldade” dos autores e dos conceitos formulados pelo “centro” contra a imperativa “bondade” dos autores e dos conceitos elaborados na “periferia”, que leva determinados críticos pós-coloniais à defesa de um incondicional nacionalismo metodológico, não rompe em absolutamente nada com o essencialismo, mas apenas o desloca de lugar.

Dito isso, podemos concluir afirmando que as propostas para a construção de uma “sociologia pública global”, como advoga Burawoy, ou de uma “sociologia cosmopolita”, como defendida por Beck, destacadas no início do artigo, não devem ser descartadas *a priori*, como pode-se desprender de

um discurso radicalmente a favor do nacionalismo metodológico, mas, pelo contrário, devem ser convertidas em objetos de um profundo diálogo no campo sociológico, que envolva de maneira democrática os segmentos das diversas sociologias nacionais. Variados problemas públicos globais estão colocados na agenda política internacional ou podem ser problematizados na contemporaneidade, cujas soluções exigem um diálogo e uma postura cosmopolita por parte dos sociólogos do “centro” e da “periferia”. Contudo, essas soluções devem levar em conta as tradições nacionais e os laços de solidariedade local, inclusive, para evitar o risco de que saídas pretensamente universalistas, formuladas a partir da Europa e dos Estados Unidos, sejam tomadas como as únicas corretas para serem simplesmente aplicadas e reproduzidas nas “periferias”.

As conversas teóricas que sociólogos brasileiros vêm buscando estabelecer com a crítica pós-colonial são passos importantes no sentido de abrir novos caminhos para pensarmos nas relações entre sociologia brasileira e a sociologia mundial, de modo a evitar essencialismos nacionalistas e universalistas. Como bem observado por José Maurício Domingues (2007: 11), “não se trata de reivindicar uma teoria sociológica autóctone”, até mesmo porque esta se constituiu como “um empreendimento geral, sem fronteiras”, mas sim de recusar “colonialismos intelectuais”. Um “cosmopolitismo de conexões”, capaz de tecer articulações e redes de colaboração intelectual, parece ser uma abertura interessante nesse sentido.

Referências Bibliográficas

- Alatas, S. F. (2003). Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences. *Current Sociology*, 51 (6), 599-613.
- Beck, U. (2006). *The cosmopolitan vision*. Cambridge: Malden, Polity.
- _____. (2010). Kiss the frog: The cosmopolitan turn in sociology. *Global Dialogue*, vol. 1, Issue 2, November, p.1-2.
- Benhabib, S. (2006). *Another Cosmopolitanism*. Oxford: University Press.
- Burawoy, M. (2010). Meeting the challenges of Global Sociology. *Global Dialogue*, vol. 1, Issue 1, September, p.1-2.
- Calhoun, C. (2007). *Nations Matter: Culture, History, and the Cosmopolitan Dream*. New York: Routledge.
- Chernillo, D. (2010). *Nacionalismo y cosmopolitismo: ensayos sociológicos*. Santiago: Ed. Universidad Diego Portales.
- Connell, R. (2007). *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social sciences*. Cambridge: Polity.
- _____. (2010). How can we weave a world sociology? *Global Dialogue*. vol. 1, Issue 2, November, p.1-2.
- Costa, S. (2006). *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- _____. “Teoria por adição”. In: Martins, H. T. S. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p.25-51.
- Domingues, J. M. (2007). *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2009). *A América Latina e a modernidade contemporânea. Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- _____. (2011). *Teoria Crítica e (Semi)Periferia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- _____. (2012). *Global Modernity, Development and Contemporary Civilization. Towards a Renewal of Critical Theory*. Londres; Nova York: Routledge, 2012.
- Fernandes, F. (1976). *Sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Habermas, J. (2001). *A Constelação Pós-nacional. Ensaios políticos*. São Paulo: Editora Littera Mundi.
- Maia, J. M. (2009). Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.24, n.1, p.155-68.
- _____. (2012). Ao sul da teoria. A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, v.26, p.71-94.
- Mignolo, W. (2000). *Local Histories, Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledge, and Border Thinking*. NJ, Princeton University.
- Ortiz, R. (2008). *A Diversidade dos Sotaques. O Inglês e as Ciências Sociais*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2012). As Ciências Sociais e a Diversidade dos Sotaques. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.27, p.7-24.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Journal of World Systems-Research*, vol.XI, n.2. p.342-386.
- Ramos, G. (1996). *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Tavolaro, S. (2005). Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 5-22.
- Tavolaro, S. & Tavolaro, L. G. M. (2010), A cidadania sob o signo do desvio: Para uma crítica da “tese de excepcionalidade brasileira”. *Sociedade e Estado*, v. 25, p. 331-368.